

AP  
3.7.14

**EMENDA Nº 1 – PLEN**  
(ao substitutivo ao PL nº 3.772/2008 aprovado na CCJC)

Dê-se ao *caput* do art. 80 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, alterado pelo art. 1º do substitutivo ao PL nº 3.772/2008, a redação que se segue:

“Art. 80. A extradição será requerida por via diplomática **ou, quando previsto em tratado, diretamente ao Ministério da Justiça**, devendo o pedido ser instruído com a cópia autêntica ou a certidão da sentença condenatória ou decisão penal proferida por juiz ou autoridade competente.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda de redação tem por objetivo esclarecer qual deve ser o órgão ou autoridade do Estado brasileiro responsável por receber pedidos de extradição.

A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, no Artigo 41.2, estipula, em conformidade com a prática e com o direito internacional consuetudinário, que todos os contatos formais entre Estados deverão ser feitos por via diplomática, a menos que outra forma de comunicação esteja especificamente convencionada. A cooperação direta para fins de extradição, via “autoridade central” do Ministério da Justiça, já está prevista em alguns tratados, porém a regra ainda é a comunicação por via diplomática, aos cuidados do Ministério das Relações Exteriores, que, por sua vez, transmite o pedido ao Ministério da Justiça, órgão competente para processá-lo.

Sala das Sessões,

Deputado ....

